

## **Parte IV**

### **Legislação**



# 13 Introdução

A Segurança e a Saúde no Trabalho é objeto de normatização em diversos dispositivos legais e, para tanto, apresentamos nas páginas seguintes os que se aplicam ao ramo da panificação. Isso não desobriga as empresas do cumprimento de outros dispositivos legais, acordos e convenções coletivas de trabalho não incluídos neste Manual.

Os tópicos apresentados a seguir estão resumidos e direcionados ao ramo da panificação, sendo fundamental o conhecimento na íntegra destes dispositivos legais, principalmente quando for evidenciada sua aplicabilidade, podendo haver outros aspectos importantes, não mencionados no resumo.



# 14 Legislação Constitucional

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXII, assegura a todos os trabalhadores, urbanos ou rurais “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança” dispostas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

As Normas Regulamentadoras foram direcionadas à realidade do ramo da panificação. Desta forma, não serão abordadas as NR-16 (Atividades e Operações Perigosas), NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), NR-19 (Explosivos), NR-21 (Trabalho a Céu Aberto), NR-22 (Trabalhos Subterrâneos) e NR-27 (Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no Ministério do Trabalho).

### 14.1. Legislação Trabalhista

As empresas devem cumprir as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214, de 08 de junho de 1978, que apresentam medidas relativas a segurança e medicina do trabalho pelas empresas e órgãos que possuam empregados regidos pela CLT.

A CLT considera empregador toda empresa que gera serviços a pessoas, de forma contínua, subordinada e assalariada.

Empregado é toda pessoa física que presta serviço a um empregador subordinadamente e de modo não eventual, mediante salário.

Trabalhador temporário é todo empregado que presta serviço por período predeterminado.

### NR – 1

### Disposições Gerais

Estabelece os deveres do:

**EMPREGADOR:** cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares; elaborar ordens de serviço sobre Segurança e Medicina do Trabalho; informar aos trabalhadores os riscos profissionais a que possam estar expostos nos locais de trabalho, os meios para prevenir tais riscos e as medidas adotadas pela empresa; permitir que representantes dos trabalhadores acompanhem a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares que estejam sendo aplicados ou não.

**EMPREGADO:** cumprir as disposições legais e regulamentares sobre Segurança e Medicina do Trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador; usar o Equipamento de Proteção Individual (EPI), fornecido pelo empregador; submeter-se aos exames médicos previstos nesta Portaria e colaborar na aplicação das Normas Regulamentadoras.

### **NR – 2** **Inspeção Prévia**

As empresas novas e as que apresentarem modificações substanciais nas instalações e/ou nos equipamentos devem providenciar a solicitação do Certificado de Aprovação das Instalações (CAI), ao Órgão Regional do MTE ou uma declaração das instalações, quando a inspeção prévia não puder ser feita.



## NR – 3

### Embargo ou Interdição

Sempre que houver grave e iminente risco ao trabalhador, o Delegado Regional do Trabalho poderá embargar ou interditar, paralisando total ou parcialmente o estabelecimento, o setor de serviço, máquina ou equipamento, conforme o caso. O embargo ou interdição ocorre mediante laudo técnico, que demonstre o risco a que o trabalhador está exposto, indicando as providências que devem ser tomadas.



#### Atenção

- ✓ Durante a paralisação do serviço, em decorrência do embargo ou da interdição, os empregados receberão os salários como se estivessem em efetivo exercício.

### **NR – 4**

### **Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)**

O SESMT é constituído de acordo com o grau de risco e número de empregados de cada empresa, podendo ser formado por: Engenheiro de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Auxiliar de Enfermagem do Trabalho e Técnico em Segurança do Trabalho.

O objetivo dos profissionais do SESMT é promover a saúde e proteção à integridade física dos trabalhadores de forma preventiva.

O ramo da panificação, caracterizado pelo CNAE 15.81-4, atividade de fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria e com grau de risco 3, que apresentarem empresas de 101 a 250 empregados, devem possuir em seu quadro de funcionários 01 (um) técnico de segurança do trabalho; a partir deste número até 500 (quinhentos), devem possuir 02 (dois) técnicos. Excedendo este número, deve-se consultar a legislação vigente, respeitando-se a característica de cada empresa.

## NR – 5

### Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPA)

A CIPA apresentada no Capítulo 5, página 57, mostra a seqüência necessária para que se possa constituir a Comissão em questão.



#### Atenção

- ✓ Os membros eleitos para compor a CIPA não poderão ser demitidos, entendendo-se como tal, os que não se fundarem em motivos disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

### **NR – 6**

### **Equipamento de Proteção Individual (EPI)**

O EPI é todo dispositivo ou equipamento de uso individual, utilizado pelo trabalhador, destinado a amenizar ou neutralizar os riscos que ameaçam a sua segurança e saúde.

O trabalhador deve ser treinado sobre o uso adequado, guarda e conservação do EPI, constituindo ato faltoso a recusa injustificada da utilização do mesmo, ficando desta forma sujeito a penalidades.

O EPI deve possuir Certificado de Aprovação (C.A.) expedido pelo Ministério do Trabalho e ser fornecido gratuitamente pelo empregador. Deve ser criada uma ficha de controle do EPI, em que conste a entrega, a manutenção e a troca, devidamente datadas e rubricadas pelo trabalhador.

## **NR – 7**

### **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)**

O PCMSO apresentado no Capítulo 8, página 105, mostra a seqüência necessária para que se possa constituir o Programa em questão.

### **NR – 8** **Edificações**

Esta norma estabelece os requisitos técnicos mínimos que devem ser observados nas edificações, para garantir a segurança e o conforto aos que nela trabalham.

Os pisos, escadas, rampas, corredores devem ser mantidos em bom estado de conservação e, onde apresentar área escorregadia, recomenda-se o uso de material antiderrapante.

O artigo 171 da CLT dispõe que os locais de trabalho devem ter no mínimo 3 metros de pé direito (altura livre do piso ao teto).

## **NR – 9**

### **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)**

O PPRA apresentado no Capítulo 7, página 91, mostra a seqüência necessária para que se possa constituir o Programa em questão.

### **NR – 10**

### **Instalações e Serviços em Eletricidade**

As instalações elétricas a ser operadas, ajustadas ou examinadas, devem estar dispostas de modo que permita um espaço suficiente para o desenvolvimento do trabalho de forma segura e possuir laudo elaborado por engenheiro elétrico.

Não é permitida a ligação simultânea de mais de um aparelho à mesma tomada de corrente elétrica, com emprego de acessórios que aumentem o número de saídas, salvo se a instalação for projetada com essa finalidade.

Os equipamentos elétricos devem possuir dispositivos que os desliguem automaticamente, sempre que houver funcionamento irregular representando risco iminente. Também devem estar aterrados e protegidos contra descargas elétricas, inclusive atmosféricas.

Os serviços de manutenção em instalações elétricas só podem ser executados por profissionais qualificados e treinados, em cursos especializados e reconhecidos pelo sistema oficial de ensino.



## NR – 11

### Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais

Medidas preventivas a ser adotadas no transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais com o auxílio de elevadores, carrinhos transportadores e outros meios utilizados nessa atividade estão estabelecidos nesta NR.

Os sacos de matéria-prima devem ser estocados em altura máxima especificada pelo fabricante, obedecendo aos requisitos essenciais a cada tipo de material e afastado das estruturas laterais, a uma distância de pelo menos 0,50 m. Os demais materiais armazenados deverão ser dispostos de forma que evite a obstrução de portas, equipamentos de combate a incêndio e saídas de emergência.



#### Atenção

- ✓ Dispõe o artigo 198 da CLT que “é de 60 kg (sessenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher”.
- ✓ O artigo 390 da CLT expressa que ao empregador “é vedado empregar a mulher em serviço que demande força muscular superior a 20 quilos, para o trabalho contínuo, ou 25 quilos, para o trabalho ocasional”. De acordo com o artigo 403, do mesmo dispositivo legal, é vedado ao menor o trabalho noturno, insalubre, perigoso, penoso ou em locais “prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.”
- ✓ As cargas devem ser transportadas com o auxílio de carrinho de mão ou outro tipo de tração mecanizada.

### **NR – 12**

### **Máquinas e Equipamentos**

As empresas devem adotar medidas preventivas para a instalação das máquinas e equipamentos utilizados na área de produção.

As áreas de circulação da produção entre máquinas e equipamentos devem estar dimensionadas de forma que os trabalhadores circulem com segurança e possibilite a movimentação dos materiais e transportes mecânicos (“armários esqueletos”, bancadas com rodas e carrinhos de mão). Os corredores devem ter no mínimo 1,20 m de largura, ser demarcados e desobstruídos.

Entre as partes móveis de máquinas e equipamentos deve haver um espaço livre de 0,70 m a 1,30 m e entre eles deve ser de 0,60 m a 0,80 m, facilitando desta forma a circulação e a movimentação do trabalhador. Devem ter dispositivos para ligar e desligar de fácil acesso, para efetuar parada emergencial, de forma que não sejam acionados involuntariamente. Suas transmissões de força devem ser enclausuradas ou devidamente protegidas por anteparos.

A manutenção das máquinas e equipamentos somente pode ser executada quando os equipamentos estiverem parados e desligados da rede elétrica, respeitados os preceitos técnicos e deve ser efetuada por pessoa qualificada.

## NR – 13

### Caldeiras e Vasos de Pressão

O estabelecimento que possuir instalado vaso de pressão deve manter a seguinte documentação atualizada: prontuário do vaso (fornecido pelo fabricante), registro de segurança, projeto de instalação, projeto de alteração ou reparo e relatórios de inspeção. A empresa deve possuir manual ou instrução de operação de fácil acesso aos trabalhadores e a operação destes deve ser efetuada por profissional com treinamento de segurança na operação destas unidades.

Os vasos de pressão devem ser submetidos a inspeções de segurança documentadas em relatório. O relatório deve ser elaborado por engenheiro habilitado para atividades referentes a projeto de construção, acompanhamento de operação e manutenção.



#### Atenção

✓ Não foi observado no ramo estudado a existência de caldeiras.

### NR – 14 Fornos

A construção dos fornos deve ser sólida e com revestimento de material refratário, instalados em locais adequados para evitar o acúmulo de gases nocivos e altas temperaturas.

Quando utilizado combustível gasoso, deve haver sistema de proteção para evitar explosão e retrocesso da chama, dotado de chaminé dimensionada para facilitar a saída dos gases queimados.



#### **Atenção**

- ✓ **Por se tratar de uma fonte potencialmente poluidora, há necessidade da solicitação de licenciamento para funcionamento das chaminés que é concedido pelo Departamento de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN). No Estado São Paulo, o licenciamento é concedido por este departamento através da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB).**

## **NR – 15**

### **Atividades e Operações Insalubres**

São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem acima dos limites de tolerância comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho ou assim caracterizadas pela autoridade competente. Limite de Tolerância é a concentração, intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador.

O exercício de trabalho em condições insalubres assegura ao trabalhador adicional sobre o salário mínimo da região, equivalente a 40% para grau máximo, 20% para grau médio e 10% para grau mínimo.

No caso de incidência de mais de um fator de insalubridade, será considerado o de grau mais elevado.

### **NR – 17** **Ergonomia**

Estabelece os parâmetros que permitem a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo que proporcione um máximo de conforto, segurança e desempenho.

As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga manual de cargas, ao mobiliário, aos equipamentos, às condições ambientais do posto de trabalho e organização.

## **NR – 20**

### **Líquidos Combustíveis e Inflamáveis**

É vedada a instalação de recipientes de armazenamento de GLP sobre laje de forro ou terraço de edificações, inclusive as subterrâneas.

A área de armazenagem de GLP deve ser delimitada por um alambrado de material vazado que permita boa ventilação e altura mínima de 1,80 metros e devem ser colocadas placas visíveis com os dizeres: “PROIBIDO FUMAR” e “INFLAMÁVEL”.

### **NR – 23** **Proteção Contra Incêndios**

A proteção contra incêndio a ser desenvolvida pelas empresas, apresentada no Capítulo 6, página 87, mostra os passos necessários para que se possa desenvolver um trabalho adequado nessa área.



## **NR – 24**

### **Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho**

As instalações sanitárias devem ser separadas por sexo e higienizadas permanentemente. A área destinada aos sanitários não pode se comunicar diretamente com os locais de trabalho nem com os locais destinados às refeições.

Os locais destinados à refeição dos trabalhadores devem assegurar condições suficientes de conforto.



#### **Atenção**

- ✓ Deve ser fornecida água potável em copos individuais ou bebedouros de jato inclinado, sendo vedada a sua instalação em pias e lavatórios.
- ✓ Ficam dispensados da aplicação desta NR os estabelecimentos que interromperem suas atividades por 2 horas, no período destinado às refeições.

### **NR – 25** **Resíduos Industriais**

Os resíduos líquidos e sólidos devem ser tratados, dispostos e retirados dos limites da empresa, de forma que evite riscos à segurança e à saúde dos trabalhadores. O descarte do material não deve ser efetuado na rede de esgoto ou em local não apropriado.

## NR – 26

### Sinalização de Segurança

A utilização de cores nos locais de trabalho não dispensa o emprego de outras formas de prevenção de acidentes, devendo esta medida ser utilizada de forma racional, a fim de não ocasionar distração, confusão e fadiga do trabalhador.

- |   |  |
|---|--|
|  <b>Vermelho:</b> Distinguir e indicar equipamentos e aparelhos de proteção e combate a incêndio.                            |  <b>Verde:</b> Identifica caixas de equipamentos de socorro, localização de EPI, dispositivos de segurança e canalização de água. |
|  <b>Amarelo:</b> Nas canalizações para indicar gases não liquefeitos (GLP) e “Cuidado!”.                                     |  <b>Laranja:</b> Identifica partes móveis de máquinas e equipamentos.   |
|  <b>Branco:</b> Empregado em passarelas e corredores de circulação, coletores de resíduos e áreas destinada à armazenagem. |  <b>Azul:</b> Identifica a canalização de ar comprimido.  |
|   |  <b>Cinza Escuro:</b> Identificação de eletrodutos.   |

### **NR – 28** **Fiscalização e Penalidades**

Estabelece os procedimentos a ser adotados pela fiscalização, no que diz respeito à realização de inspeções a ser realizadas na empresa.

O Agente de Inspeção do Trabalho poderá notificar os empregadores, concedendo ou não prazo para a correção das irregularidades encontradas que deverá ser no máximo de 60 dias. A empresa terá um prazo de 10 dias a partir da notificação para entrar com recurso ou solicitar prorrogação que poderá ser estendido até 120 dias.



#### **Atenção**

✓ Nos casos de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização e emprego de simulação com o objetivo de fraude, poderá ser aplicada multa nos seguintes valores:

- a.) segurança do trabalho - 6.304 UFIR;
- b.) medicina do trabalho – 3.782 UFIR

### 14.2 Acidente do Trabalho

Acidente do trabalho “é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, ou perda, ou redução permanente ou temporária, da capacidade do trabalho” (artigo 2º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976), podendo ser:

- **Acidente de trajeto** é aquele ocorrido no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado ou vice-versa.
- **Doenças Ocupacionais ou Profissionais** são aquelas decorrentes de exposição a agentes ou condições perigosas inerentes a processos e atividades profissionais ou ocupacionais. Exemplo: asma ocupacional (farinha de trigo), dermatofitose (temperatura elevada).
- **Doenças do trabalho** são aquelas adquiridas ou desencadeadas pelas condições inadequadas em que o trabalho é realizado, expondo o trabalhador a agentes nocivos a sua saúde. Exemplo: dores na coluna (na realização de atividades em condições inadequadas – ergonomia)

Nota: Não são consideradas doenças profissionais as hereditárias, mesmo que estas surjam durante sua vida laboral.

#### **Comunicação de Acidente ou Doença do Trabalho (CAT)**

O acidente do trabalho e a doença profissional devem ser comunicados ao INSS através da CAT por meio de formulário específico protocolado neste órgão ou enviado por meio eletrônico (disponível no site [www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br)). Nos casos de acidente do trabalho, tal comunicação deve realizar-se nas primeiras 24 horas de sua ocorrência, e em caso de morte deverá ser feita imediatamente à autoridade competente.

Nos acidentes de trajeto ou a serviço externo da empresa, a abertura da CAT deve ser efetuada pelo trabalhador, e, quando este estiver impossibilitado, por qualquer pessoa que acompanhou o ocorrido.

#### **Observação**

- Em se tratando de afastamento do trabalhador por acidente ou doença do trabalho por mais de 15 dias, os quinze primeiros dias (incluindo o dia do afastamento) são pagos pelo empregador, e o auxílio-doença a ser pago pela Previdência Social a partir do 16º dia de afastamento.

## Acidente de Trabalho

## Comunicação de Acidente do Trabalho

[illegible]

### 14.3. Legislação Previdenciária

A legislação previdenciária é fundamentada nas Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 91, no Regulamento da Previdência Social (RPS).

#### 14.3.1. LTCAT e PPP

O Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) assim como o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) estão regulamentados nas IN INSS/DC no 99 e 100/2003 e retificadas nas de nº 102 e 105/2004.

O PPP e a comprovação de entrega ao trabalhador, na rescisão de contrato de trabalho ou da desfiliação da cooperativa, deverão ser mantidos na empresa por vinte anos.

IN INSS/DC nº 99 art. 148 § 11.

As informações constantes no PPP são de caráter privativo do trabalhador, constituindo crime nos termos da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, práticas discriminatórias decorrentes de sua exigibilidade por outrem, bem como de sua divulgação para terceiros, ressalvado quando exigida pelos órgãos públicos competentes, IN INSS/DC nº 99 art. 148 § 13.



#### Atenção

✓ O LTCAT e o PPP estão especificados nas páginas 127 e 134 respectivamente.

### 14.4. Vigilância Sanitária

Os instrumentos normativos que referenciam sobre a Vigilância Sanitária têm por objetivo estabelecer os critérios de higiene e de boas práticas operacionais na manipulação, fabricação e industrialização de produtos para consumo.

As empresas devem estar atentas à Portaria CVS 06/99 – Regulamento Técnico, que estabelece os Parâmetros e Critérios para o Controle Higiênico Sanitário em Estabelecimentos Alimentícios e às regulamentações municipais neste âmbito, além das Normas Regulamentadoras.

O controle de saúde dos trabalhadores (NR-7), estrutura do estabelecimento (NR-8), armazenamento de matéria-prima (NR-11), máquinas e equipamentos (NR-12), iluminação (NR-17), condições sanitárias (NR-24) são alguns dos dispositivos tratados pelas Normas Regulamentadoras que apresentam aspectos comuns com a Portaria CVS 06/99.